



ATA DA 72ª (SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

**1 – Data, hora e local da realização:**

Reunião realizada no dia 2 (dois) do mês de agosto de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 72ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 15 às 17.00 horas.

**2 – Participantes:**

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE  
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE  
Silverio Crestana – membro do CAE

**Secretaria de Governança:**

- Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

**3.Assuntos:**

**3.1 - Acompanhamento do fluxo de caixa e análise das receitas em função da pandemia e outras informações relevantes – 15h15 às 16h**

- Gilsa Eva de Souza Costa - DF
- Maria Arlete Vieira da Costa – GFF

**Documentos disponibilizados:**

- Fluxo de caixa versão 71 - crédito suplementar -SAO-014 – Conselhos.

**Bilhete Único**

Presentes a Sra. Gilsa Eva de Souza Costa - DF, a Sra. Maria Arlete Vieira da Costa – GFF e o Sr. Sergio Antônio de Paula - DFFA que iniciou a apresentação com slides, demonstrando um breve histórico do Bilhete Único.

Em síntese, esclareceu que:

- i) o Bilhete Único funciona como um “*smart card*” no sistema de bilhetagem de propriedade da SPTrans, que é quem gerencia o transporte de ônibus municipais em São Paulo, tendo sido implantado em maio de 2004.
- ii) Em outubro de 2005 foi estabelecido o Convenio de Integração operacional e tarifária (nº 842754209100), firmado entre SPTrans, CPTM e Metrô.

- iii) A abrangência, as regras e critérios de rateio de custos de operação, manutenção e comercialização do SBE, se encontram nas cláusulas 8.2.1 e 8.2.2 do Anexo II do Convênio firmado.
- iv) Os custos de operação e manutenção do sistema são apurados mensalmente por meio de notas fiscais, faturas e outros, e são rateados entre os partícipes, na proporção de receitas de utilização de créditos e transações registradas de cada um.
- v) São demonstrados os custos totais do BU anualmente, através do comparativo de tipo de despesa em R\$ mil, de acordo com o gráfico apresentado.
- vi) Os custos pagos pela SPTrans, que faz a divisão entre os partícipes, é rateado de acordo com o critério de maior utilização dos mesmos. Há menção aos custos totais do BU por ano, as despesas fixas com pessoal, que não oscilam independentemente da utilização e arrecadação.
- vii) Em 2020, com a pandemia houve uma queda no número de transações, especificamente de 35 % (trinta e cinco por cento). Atualmente nota-se certa melhora, no entanto, o fechamento tende a ser similar ao de 2020.

O CAE expressa que as receitas e custos não caminham na mesma proporção, uma vez que há custos com pessoal, despesas administrativas, e de manutenção que são fixas, e independem do histórico de custos do BU na quota por uso.

O Sr. Sergio confirma que o custo fixo permanece, e relata que houve variação positiva do custo de pagantes em 2021, em comparação a 2020, no entanto, ocorreu concomitantemente o aumento de “não pagantes”.

São apresentados os custos do BU e a quota parte da CPTM do ano de 2016 até maio de 2021:

Ano	Custo BU parte CPTM / ano	Pagantes	custo por pagante
2016	R\$ 29.084	242523	0,12
2017	R\$ 28.679	235.792	0,12
2018	R\$ 29.915	245.047	0,12
2019	R\$ 32.326	256.104	0,13
2020	R\$ 23.857	157.840	0,15
2021	R\$ 10.672	62.902	0,17

O CAE indaga acerca da evolução dos valores de passageiros transportados, de 0,12, para 0,15, e, depois 0,17 centavos e se o há conhecimento sobre o valor do novo convênio que está na ABASP. Sendo esclarecido que é de R\$ 0,11 (onze centavos) fixos (reajustado ano a ano)

O Sr. Sergio esclarece, ainda, que no Sistema de Bilhetagem BOM, o valor é de R\$ 0,16 centavos, e que o custo também é rateado, e a Sra. Maria Arlete intervém afirmando que a CPTM custeia o complemento da tarifa.

O CAE manifesta que gostaria de analisar num único gráfico a movimentação comparativa na bilhetagem no sistema QR CODE e BOM.

Foi destacado ao CAE que houve queda geral e acentuada em todas as modalidades de transporte desde abril de 2020, no entanto, o Metrô apresentou perda muito maior de passageiros comparando-se a CPTM.

O Sr. Sergio Antônio de Pádua afirma que em virtude dessa diferença, deveríamos estar recebendo cerca de 45% (quarenta e cinco por cento) no convênio. O Comitê de Auditoria Estatutário explana que desde 2018 havia preocupações com informações mais confiáveis quanto a receita. A SPTrans não demonstrava interesse em manter reuniões, nem tampouco em revisar o Regimento Interno. Pelo Sr. Sergio foi esclarecido que, atualmente, as reuniões foram retomadas mensalmente e que está sendo elaborado um novo convênio e regimento interno. O CAE questiona se a CPTM já recebeu o arquivo com a proposta da elaboração de regimento interno, tendo obtido resposta positiva.

Quanto às reuniões, o Sr. Sergio esclareceu que houve duas reuniões com o Comitê de Integração do Bilhete Único, uma em 10/06/2021 e outra em 08/07/2021. Na primeira, se noticiou a doação de 40 (quarenta) mil *chips* para serem utilizados no sistema de ônibus, e se discutiu a eficácia e segurança dos mesmos, e quem os forneceu, que é uma contratada da SPTrans. Na segunda, a SPTrans apresentou seu novo Superintendente de Informática, que colocará em operação um sistema de certificação, mediante contratação de empresa, que buscará soluções contra eventuais fraudes nos novos cartões, impondo uma exigência de certificação.

O CAE mencionou um pedido judicial realizado pela CPTM para verificação dos trâmites na divisão do convênio, e se solicita cópia de referido procedimento. A Sra. Maria Arlete intervém, afirmando não se recordar, e desconhecer que houve tal procedimento.

Os membros do CAE ressaltam a necessidade de transparência, com a introdução da LGPD, uma vez que tratamos de parte envolvida nos dados da receita. Reforçam a importância de uma revisão no convênio, nas questões de auditoria e adequação à LGPD.

#### **Comentários e Sugestões do CAE**

Os membros do CAE ressaltaram a importância da revisão do convênio de bilhetagem com a SPTrans e Metrô, para melhoria na transparência e definição das questões de auditoria, como também sejam implementadas a adequação à LGPD.

#### **3.2- AVCB**

Relatório periódico sobre o AVCB nas instalações da CPTM (destacar situação das obras tombadas e medidas mitigatórias)

#### **Documentos disponibilizados:**

- AVCB\_DO\_23\_JULHO\_2021\_CAE – Reparado

O CAE discutiu sobre AVBC a partir dos documentos disponibilizados, enviados remotamente, com posterior complementação, foram consideradas suficientes as informações prestadas.

Manifestado o de acordo com os documentos recebidos, dispensando-se assim, a apresentação presencial.

#### **Comentários e Sugestões do CAE**

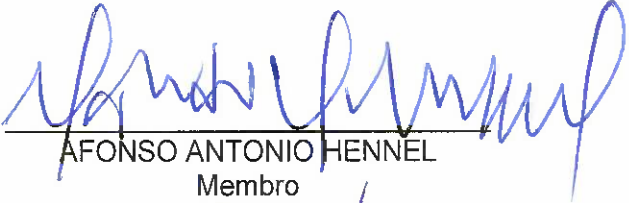
O CAE acolheu o relatório enviado, solicitou complementação que foi cumprida e aprovou o relatório e a documentação do AVBC.

4 - Pendências:

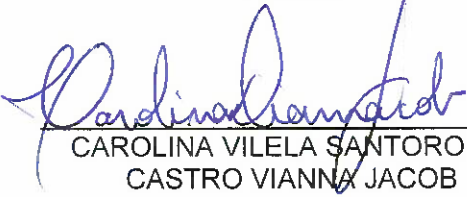
PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
BU solicitação da minuta do novo convênio com o anexo do Regimento Interno	DFFA
Elaboração de gráfico comparativo com dados do sistema de bilhetagem entre o BOM e QR Code	DFFA
Cópia de ofício encaminhado à SPTrans relacionado ao BU	DFFA

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

  
ELIONOR FARAH FREIGE WEFFORT  
Coordenadora

  
AFONSO ANTONIO HENNEL  
Membro

  
SILVERIO CRESTANA  
Membro

  
CAROLINA VILELA SANTORO DE  
CASTRO VIANNA JACOB  
Secretária